

# Retrato de uma Diocese nordestina às vésperas do Concílio\*

Richard Marin\*

## Resumo

Em 1957, o bispo de Garanhuns, Pernambuco, foi assassinado por um padre de sua diocese. A partir deste fato, o autor analisa a Igreja católica da época, e a difícil convivência de duas culturas eclesíásticas: a Igreja da romanização, representada pelo bispo, que quer reorganizar a sua diocese, colocando-a em sintonia com as exigências do Concílio de Trento; e a Igreja real, representada pelos párocos, em sua maioria oriundos da própria região – senão da própria paróquia –, que agem de forma independente e que têm absoluto domínio sobre a sua forma de viver e de trabalhar como párocos. Alguns são muito mais comprometidos com sua própria família que com as exigências de Roma e vivem de forma bastante livre a exigência do celibato sacerdotal. A insistência do bispo em colocar ordem na sua Igreja local vai levá-lo ao confronto com alguns destes párocos, um dos quais terminará por assassiná-lo.

Palavras-chave: Igreja católica no Brasil; mudança social no Nordeste brasileiro.

## Abstract

### **Portrait of a Northeastern diocese on the eve of a Council**

In 1957 the Bishop of Garanhuns, in the state of Pernambuco, was murdered by a priest of his diocese. Presenting this information as a starting point, the author analyses the activities of the Catholic Church of that time and the difficult coexistence between two Ecclesiastic cultures: the ‘romanized’ church, which was represented by the bishop that sought to reorganize his diocese in order to harmonize its activities with the demands of the Council of Trent; and the ‘real’ church, represented by mostly local parish priests that acted independently, having the absolute ruling of their own ways of living and exercising their duties. Some of them were more committed to their own families than to the demands of Rome, living ‘freely’, disregarding the exigency of celibacy. The bishop’s insistence in putting his local church in order will lead him to conflict with some of those parish priests and this will lead to his assassination by one of them.

Key words: Catholic Church in Brazil; social change in the Brazilian Northeast.

---

\* Uma versão em francês deste artigo deve ser publicada entre o final de 2009 e o começo de 2010 em N. Caron, O. Compagnon, R. Marin e I. Richet (orgs.), *Religions des Amériques du milieu du XXe siècle à nos jours. Un demi-siècle d’effervescence et de recompositions*, Paris, Editions de l’Institut des Amériques. A tradução do presente artigo é de Miguel Palmeira.

\*\* Professor da Universidade de Toulouse e pesquisador do Laboratoire FRAMESPA – France Méridionale et Espagne (Histoire des sociétés du Moyen Âge à l’époque contemporaine). UMR 5136-CNRS.

Em 1º de julho de 1957, Dom Expedito Lopes, bispo de Garanhuns (Pernambuco), 43 anos de idade, foi assassinado em seu palácio episcopal por três tiros de revólver dados à queima-roupa por Hosana Siqueira, um padre de sua Diocese. Siqueira, notoriamente indisciplinado, concubinário e violento, tirou a vida do prelado que acabara de tornar pública sua suspensão *a divinis* e de destituí-lo de seu posto de vigário de Quipapá. Foi para defender sua honra ofendida, justificou-se Siqueira perante a Justiça, que ele cometera o irreparável<sup>1</sup>.

Como se pode facilmente imaginar, esse “crime sacrilégio que abalou o mundo”<sup>2</sup>, como escreveu no calor dos acontecimentos um dos diários locais, teve grande repercussão. Ainda que um caso marginal, esse “excepcional normal”, para retomar o célebre oxímoro de Edoardo Grendi, exprimia também um conjunto de causalidades gerais que sua própria singularidade permite certamente revelar. Em outras palavras, é possível ver aí o sintoma de uma Igreja, de suas tensões e de seus conflitos habituais. Esta é a opção que adotamos aqui ao analisar, para além do drama que lhe dá uma expressão extrema, os antagonismos recorrentes que opuseram Dom Expedito, em 1955, desde sua entronização, a uma parte do seu clero. Essencialmente, essas disputas resultam da decalagem entre a cultura ultramundana de um bispo preocupado em reformar e a de um clérigo secular no catolicismo complacente, muito pouco disposto a passar pelo pente fino da normatização preconizada por Roma.

A partir da evocação concreta do mundo dos clérigos dessa periferia do Brasil, gostaríamos de iluminar os percalços da romanização alguns anos antes do Concílio. Para tanto, evocaremos, passo a passo, a figura do bispo, suas decepções diocesanas e, finalmente, algumas das desavenças típicas que o opuseram a seu clero.

### **Dom Expedito: um clérigo da romanização**

Por sua formação, seu itinerário e sua relação com o mundo, Dom Expedito era a encarnação daqueles clérigos encarregados de bem-conduzir a romanização do catolicismo brasileiro. Iniciada nos anos 1840, essa empreitada de normatização estava ainda em curso um século mais tarde. O que a caracteriza?

Desde o início, esse movimento de reorganização profunda da Igreja nacional deu prioridade à europeização do catolicismo nativo pela reforma do clero e da religiosidade dos fiéis com o objetivo de, enfim, ajustá-los às obrigações do Concílio de Trento. Graças ao apoio maciço dos missionários vindos da Europa, enfatizaram-se o reforço do poder disciplinar do bispo, em união estreita com Roma, e uma melhor formação doutrinal e moral dos clérigos, além da retomada pela Igreja das manifestações do catolicismo popular, julgado excessivamente festivo e devocional e muito pouco sacramental.

A separação do Estado, consecutiva à proclamação da República em 1889, logo se revelou, depois da breve confusão inicial, benéfica para a Igreja. Sua base territorial enriqueceu-se consideravelmente, passando de doze a 58 Dioceses entre 1889 e 1920; e, sobretudo, o episcopado encontrou, enfim, um verdadeiro líder na pessoa de Dom

Sebastião Leme, arcebispo de Olinda (1916-1921) e depois do Rio de Janeiro (até sua morte, em 1942). Elevado ao cardinalato em 1930, foi sob sua autoridade que se conduziu a política de reaproximação com o Estado, concretizada na Era Vargas (1930-1945). A Igreja obteve então privilégios substanciais, consignados na Constituição de 1934, e a instauração da ditadura do Estado Novo não alterou em nada a colaboração estreita entre as duas instituições<sup>3</sup>. Mais que isso, o autoritarismo paternalista e o corporativismo do regime caíram nas graças de uma Igreja que tendia a enxergar aí a aplicação de sua doutrina social e uma forma política capaz de superar os males tanto do liberalismo quanto do comunismo. Em 1942, cinco arcebispos de primeiro plano publicaram um documento intitulado “Disciplina e obediência ao chefe do governo”, uma interpretação fiel do estado de espírito do episcopado, segundo o qual a Igreja e a Nação, personificada por Vargas, são uma mesma coisa. Longe de ser algo circunstancial, os bons ventos dessas relações entre Estado e Igreja se perpetuariam até os anos 1960.

Foi, portanto, nessa Igreja novamente segura de si, voltada para a reconquista das almas, a cristianização da sociedade e do Estado, que Francisco Expedito Lopes preparou-se para o sacerdócio. Nascido em 1914, em uma família pobre de Sobral, sertão do Ceará, terra de grandes místicos, Expedito foi desde muito cedo destinado à carreira sacerdotal. Depois do pequeno seminário de sua cidade natal, esteve, entre 1932 e 1936, no grande seminário da Prainha, em Fortaleza, centro importante da romanização no Nordeste. Ali, sob os auspícios de João-Maria Vianney, o santo pároco de Ars, oferecido por Pio X como modelo ao clero paroquial, os sucessores de São Vicente de Paulo formavam padres havia mais de meio século, mais conforme às obrigações eclesiais do Concílio de Trento. Em uma breve lembrança, Dom Helder Câmara, frequentador do seminário na mesma época, evoca assim o clima de catolicismo intransigente que então imperava:

Nós tínhamos recebido a marca da contra-reforma. Perdemos um tempo enorme na Igreja porque estávamos preocupados, sobretudo, em nos defender. Éramos muito fortes em apologia, mas uma apologia, sobretudo, defensiva. [...] Éramos muito advertidos contra todas as novas heresias. Em meu seminário, havia toda uma mobilização contra o modernismo<sup>4</sup>.

A ortodoxia do jovem nordestino se reforçou em seguida por ocasião de sua estada em Roma (junho 1936-julho 1941), onde foi ordenado padre. No Colégio Pontifical Pio Brasileiro aperfeiçoou sua teologia e seguiu seus estudos até o doutorado em direito canônico na Universidade Pontifical Gregoriana, herdeira do Colégio romano fundado por Inácio de Loyola. Sua passagem por Roma prenunciou uma carreira rápida e brilhante na instituição eclesiástica: designado em 1948 como primeiro padre da Diocese de Oeiras, no Piauí, foi transferido para Garanhuns com apenas 40 anos.

Os arquivos diocesanos de Garanhuns conservam uma documentação abundante sobre o pastorado de Expedito. Suas dezessete circulares dirigidas ao “Clero e aos fiéis”

e especialmente seu *livro de tomo* (anais episcopais), no qual Expedito se presta a uma radiografia sem concessões da Diocese, constituem fontes preciosas, que nos ajudam a determinar os contornos da psicologia e das concepções do homem de Igreja. Daí se extrai o retrato de um bispo com uma visão de mundo fundamentalmente eclesiástica a reclamar para a Igreja a condição de “sociedade perfeita”. Marcado pelo antimodernismo e pela apologética cristã, Expedito repete, como muitos, um discurso apocalíptico sobre o mundo invadido pelas forças do mal, pela apostasia e pela imoralidade. Assim, em sua quinta circular, estigmatiza “a decadência moral” e “a corrupção geral dos costumes que, qual uma onda devastadora e humanamente incontrolável, ameaça submergir a humanidade no mais brutal materialismo”<sup>5</sup>.

Em seu memorando ao clero<sup>6</sup>, Expedito trata novamente da onda geral de corrupção, responsável pelo estado de ceticismo e de quase impiedade que se apoderou da sociedade contemporânea. Seria possível multiplicar os exemplos.

Nisso, Dom Expedito não era nada diferente da maioria de seus pares. Na Igreja brasileira do pós-guerra, que ainda não havia encontrado um sucessor real de Dom Leme, o modelo de neocristandade do qual Leme fora arauto dava as cartas. O episcopado, mal preparado para refletir sobre as mudanças rápidas da realidade nacional, contentava-se em recordar as verdades eternas que emanavam do Vaticano de Pio XII. Naquela conjuntura, a urbanização, a laicização que a acompanhava, a penetração de novas ideias ou a contestação do monopólio religioso eram percebidas como perigos por uma hierarquia que desconhece praticamente tudo da sociologia. A execração dos espíritas e dos protestantes – contra os últimos foi criado, em 1953, um secretariado nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade – torna-se um lugar-comum.

Na leitura de seus anais e de suas circulares, a ausência de qualquer consideração sobre a realidade social da Diocese não deixa de surpreender. Contudo, essa realidade, em parte no Agreste<sup>7</sup> – uma zona de pequenas e médias propriedades voltada para a policultura – e em parte na Zona da Mata<sup>8</sup> – dominada pela monocultura alimentícia e pela exploração feroz da força de trabalho – está no coração de um Nordeste desafortunado que Josué de Castro, de sua tribuna da FAO, acabava de revelar ao mundo e, em alguns casos, aos próprios brasileiros<sup>9</sup>. No conjunto da Diocese, quase quatro entre cinco pessoas não sabiam ler nem escrever<sup>10</sup>, a expectativa de vida, de mais ou menos 40 anos, é inferior em dez anos àquela do Rio Grande do Sul e cerca de uma criança a cada cinco morria antes de completar um ano de idade<sup>11</sup>.

Era um pouco como se Dom Expedito, pretendendo-se exclusiva e plenamente um pastor de almas, julgasse os problemas sociais como inerentes à natureza humana. Assim, procurar-se-ia, em vão, em seus escritos a menor alusão ao estado de escassez extrema das populações. Quando, excepcionalmente, os “pobres operários”<sup>12</sup> da cana-de-açúcar são evocados, é sempre em referência ao estado de abandono espiritual no qual eles se encontram em razão da frágil presença da Igreja.

Em seu relato transparece uma aceitação da ordem das coisas e do mundo que retira

qualquer sentido da menor crítica às estruturas de dominação locais, nunca postas em questão. Assim, os usineiros são louvados pelos serviços prestados à Igreja: manutenção de capelas, organização das festas religiosas, apoio material aos padres etc. Depois de sua visita à paróquia de Água Preta, onde teve a impressão de um doloroso abandono religioso no qual se encontravam os operários da Usina Santa Teresinha, o bispo menciona “a boa vontade dos usineiros”<sup>13</sup>. Depois de sua passagem por Barreiros, destacou a ajuda importante e as facilidades concedidas pelos usineiros aos padres no cumprimento de sua missão, sobretudo naquilo que concerne ao catecismo e à assistência espiritual à população dos engenhos<sup>14</sup>. Na Usina Frei Caneca, onde presidiu a Páscoa dos operários a convite do proprietário do qual era hóspede, Dom Expedito assinala o bom apoio recebido por seu trabalho.

Em Dom Expedito, ao silêncio quanto à questão social corresponde uma abstenção da mesma ordem a respeito da política, que de resto não se verifica entre todos os prelados. Em nenhuma de suas dezessete circulares ele faz referência direta à política. Todas, ou quase todas, dizem respeito a questões de Igreja e, por vezes, de moral, com muitas referências aos textos pontificais, muito afastados da realidade brasileira. Duas circulares tratam de espiritismo<sup>15</sup> e da Maçonaria<sup>16</sup>, ambos apresentados como totalmente incompatíveis com a filiação católica.

### **Garanhuns: uma Diocese em estado de “abandono espiritual”**

Levaria muito pouco tempo para que o novo bispo manifestasse sua profunda decepção e deixasse transparecer seu desânimo com o relaxamento e a indisciplina que observava em sua Diocese. Pouco após sua instalação, ele registrava nos anais: “As impressões que colhi não corresponderam em nada às expectativas”<sup>17</sup>. Nos meses seguintes, em correspondência com Dom Lombardi, o núncio apostólico, ele fala abertamente de sua situação delicada de “bispo recém-nomeado diante de um clero difícil e desconfiado”<sup>18</sup>.

Ao fim do primeiro ano, traça um balanço sem concessões:

A ignorância religiosa do povo e o abandono espiritual em que se encontram os fiéis de numerosas paróquias é verdadeiramente desolador. O estado das matrizes e sobretudo da grande maioria das capelas é um tristíssimo atestado do descuido de zelo de seus párocos ou vigários<sup>19</sup>.

O que podia, a seus olhos, justificar uma constatação tão sombria? Em primeiro lugar, é preciso dimensionar o choque da descoberta, por ocasião das visitas pastorais, do universo religioso da Zona da Mata. Havia diferenças enormes entre esse universo e a religiosidade do sertão, que era justamente a de Expedito, e se parecia, de certo modo, com a religiosidade do Agreste. O sertanejo, que conferia um grande espaço às peregrinações e ao culto dos santos, tinha uma fé resistente e manifestava uma deferência profunda em relação à Igreja. Algo completamente diferente ocorria entre os homens da cana-de-

açúcar: aí, as formas difusas da religiosidade de origem africana nunca desapareceram inteiramente, ao passo que a Igreja, sua moral e seus sacramentos permaneciam como algo que lhes era absolutamente estranho. Na Zona da Mata, muitos operários agrícolas viviam em união livre, com os homens praticando frequentemente a poligamia de fato. De resto, fosse religioso ou civil, que sentido poderia assumir o casamento, sinônimo de tornar-se estável, para uma fração importante dessa população, instável e sem rendimentos fixos?

Segunda constatação amarga: enquanto em sua primeira Diocese sertaneja de Oeiras – oito paróquias, 350 mil habitantes, mas 70 mil km<sup>2</sup> –, Dom Expedito dispunha de a toda liberdade de iniciativa própria dos fundadores, herdou, em Garanhuns, uma circunscrição complexa, criada em 1918, já enriquecida de uma história em que se misturam diferentes culturas sacerdotais que nem sempre viveram em harmonia.

Sobre os religiosos, sem os quais a Diocese não poderia funcionar, a autoridade canônica do bispo era limitada. Cada ordem ou congregação formava um universo relativamente autônomo, movido por sua lógica interna, sem dúvida reforçada pelo peso dos estrangeiros, portadores de uma norma romana que os levava a olhar com ar de superioridade para o clero autóctone. Se não havia mais do que dois estrangeiros no clero secular, eles eram 23 entre os 31 religiosos das cinco congregações – holandeses (15) e italianos (7) formavam os contingentes mais fortes<sup>20</sup>.

A penúria gritante de clérigos em relação ao território e à população aparecia também como um sério obstáculo ao cumprimento da missão que ele estabeleceu para si. O anuário católico do Brasil de 1957 descreve uma Diocese de 10 mil km<sup>2</sup> e 688.621 habitantes, repartidos em vinte municípios e 22 paróquias, com um total de 22 igrejas e 110 capelas. Os 55 clérigos se dividiam entre 24 seculares e 31 regulares, números aos quais convém acrescentar quase 120 religiosos<sup>21</sup>. Cada paróquia contava, em média, com 31.300 habitantes, ou seja, o dobro da média nacional<sup>22</sup>, e um clérigo para cada 12.520 habitantes. Ademais, a dispersão considerável da população tornava particularmente difícil a prática de um catolicismo de sacramentos e a frequência regular à missa dominical. Em 1947, segundo os anais episcopais, apenas duas das dezesseis paróquias citadas juntavam mais de 20% de sua população.

Por fim e mais importante, o principal desafio a se destacar é a gestão – delicadíssima! – de um clero diocesano indócil, em que grande parte dos clérigos estava longe de cumprir as obrigações que sua condição exigia.

Quase todos os curas e vigários eram nascidos na região, quando não no território da paróquia da qual eles finalmente passariam a se encarregar. Muito vinculados à sua cidade natal, à qual muitas vezes seu horizonte se limitava, não hesitavam, quando necessário, em fazer uso desse vínculo no momento de uma desavença com um ou outro. Em uma carta de justificação endereçada a Dom Expedito, o vigário de Correntes, em conflito com o prefeito da cidade, chama a atenção para sua qualidade de *filho da terra*, permitindo que se supusesse como um defeito do edil o fato de ele não ser originário do local<sup>23</sup>.

De certo modo, a entrada no sacerdócio, frequentemente produto de verdadeiras

estratégias familiares, promove toda uma parentela ao lhe permitir integrar a poderosa rede de influência da Igreja: escolas, colégios, universidades, hospitais etc., dando acesso também aos empregos que daí derivam. De resto, as famílias não dissimulam a expectativa por uma espécie de retorno dos sacrifícios consentidos. Nesse aspecto, não se poderia ser mais explícito do que a mãe de Hosana de Siqueira, que escreve ao filho no fim dos anos 1940:

Eu mando estas cartas porque vejo seu pai lamentando a vida de ser um pai de família que fez o maior sacrifício para sua educação e depois de você padre ter sua família consigo cheia de conforto, seus irmãos se educando como se vê em toda família de sacerdote. Ver-se um seu pai, um pobre pai velho vendendo o produto de seu café na folha para se manter. [...], e sendo você um sacerdote que é uma pessoa rica. Isto é triste<sup>24</sup>.

Depositário honroso do nome familiar, o clérigo permanece deverdor à família e nunca a deixa verdadeiramente. Além disso, muitas vezes seu modo de vida não o distingue em nada dos laicos e do mundo profano, cujos valores, de maneira geral, ele compartilha. Assim, os laços familiares são uma das justificativas recorrentemente apresentadas para se recusar a mudança de paróquia. Em uma carta de maio de 1956 a seu bispo, o vigário de Águas Belas diz vislumbrar a hipótese de ser transferido, “com tanto que não vai prejudicar a minha família na fase em que está a tanto precisar de mim”<sup>25</sup>. No ano seguinte, ele especifica que não aceita uma transferência que não seja para “uma paróquia melhor”, entendida como mais próspera. Com efeito, prossegue ele, “compromissos de família me obrigam a certas despesas bem elevadas quase acima de um vigário pobre como sou”<sup>26</sup>. Já o Pe. Otoniel Passos, de Bom Conselho, pede para ser lotado em Canhotinho, “onde mora sua velha mãe”. Face à demanda de seu bispo para que se separasse de sua irmã, cuja presença sob o mesmo teto era fonte de rumores, o Pe. Nelson de Barros tratou de valorizar, junto ao emissário de seu superior, “a necessidade imperiosa em que ele se encontra de assistir sua irmã”<sup>27</sup>. As obrigações familiares estão sempre em jogo.

Ademais, em uma época em que não existia nenhum sistema de aposentadoria para os clérigos<sup>28</sup>, muitos deles, ao menos na região, sonhavam possuir um pedaço de terra para cultivar a fim de garantir o sustento na velhice e evitar morrer trabalhando em sua paróquia ajudado por um vigário auxiliar. Assim, ao acaso dos arquivos, ficamos sabendo que o pároco de São Bento do Una presidia uma cooperativa agrícola e que o Pe. Julio era membro de uma organização do mesmo tipo<sup>29</sup>. Já o Pe. Hosana possuía, em meados dos anos 1950, 21 hectares de terra, com cinquenta cabeças de gado, quatro porcas e quatro cavalos<sup>30</sup>. Como ele diria mais tarde, orgulhoso: “Jamais me acomodei em depender apenas do dinheiro da Igreja para sobreviver [...]. Estas atividades [agrícolas], sim é que me rendiam o dinheiro para o meu sustento e o da minha família”<sup>31</sup>.

Ainda que o código canônico estipule que “os clérigos devem abster-se de ocupações que, embora não inconvenientes, são, entretanto, estranhas ao estado clerical” (Can. 139,

§1), os bispos toleravam a constituição desse capital de aposentadoria contanto que ele não interferisse no essencial: a cura das almas. Vinham justamente daí as críticas ao Pe. Hosana, cujas ausências muito longas e demasiado frequentes eram deploradas pelos paroquianos. Segundo testemunhos diversos, essas ausências seriam de até dois ou três dias por semana, durante os quais o Pe. Hosana se dedicaria à gestão de seu sítio em Palmeirinha, não muito afastado do município natal de Correntes, assim negligenciando sua paróquia. Dom Juvêncio, o bispo anterior, também seria censurado por praticamente morar nos trens em que viajava<sup>32</sup>.

Em outro exemplo esclarecedor dessa imersão plena no mundo profano, Pe. Hosana mostrava-se também comprometido, como atesta sua correspondência, em defender a honra de seu nome, por vezes até segundo os códigos de virilidade da sociedade local, de onde saíam muitos matadores de aluguel da região. A propósito de um de seus detratores, o pároco de Canhotinho escreveu a seu bispo:

Agora travou-se uma luta de vida e de morte entre mim e ele, não ha meio termo. Ou êle vence e eu serei totalmente esmagado, ou, então será o reverso da medalha. [...] Pois está em jogo a minha dignidade moral o meu patrimônio natural, a boa fama. Mil vezes morto que humilhado por um grupinho de despersonalizados, que agem na sombra do anonimato, caluniando, mentindo e pedindo reserva de nome, com medo de serem agarrados pelo gansete.

... E é muito possível que esta última fórmula não fosse somente metafórica!

Já o pároco de Quipapá carregava, havia muito, uma sólida reputação de violência, numa mistura de fatos e rumores. Além de usar seu posto para perseguir seus oponentes, tinha a fama de nutrir um gosto exagerado pelas armas<sup>33</sup>. Assim, quando servia na paróquia de Tabira, no fim dos anos 1930<sup>34</sup>, teria se indisposto, revólver em punho, com os jovens locais, adeptos de serenatas e de algazarras. Quando, em junho de 1944, seu bispo, Dom Vilas-Boas, informou-o de sua transferência da paróquia de Panelas, a justificativa foi o excessivo nervosismo de Hosana, seu caráter agressivo ao ponto de, diz o bispo, ter quase havido uma cena de pugilato no interior da Igreja<sup>35</sup>.

As frequentes transgressões ao celibato e ao voto de castidade, justamente em continuidade com a tradição do catolicismo colonial, constitui também uma outra realidade sobre a qual voltaremos adiante.

Movido por uma concepção exigente do sacerdócio e consciente do sentido de sua missão, Dom Expedito não pretendia fechar os olhos a essa situação. Nisso, seu comportamento diferia muito daquele de seus antecessores, que souberam sempre recorrer à arte da conciliação, quando não ao adiamento infinito das decisões difíceis.

Em 1956, por ocasião da Páscoa, Expedito redigiu um memorando particularmente severo destinado a seu clero, habituado a mais condescendência.

Como ousamos exigir a prática da caridade e da humildade, recomendar a pureza, o desapego, espírito de submissão e de responsabilidade no desempenho dos nossos deveres para com Deus e para com o próximo, se a nossa vida e atitude é um desmentido patente a tudo quanto ensinamos! ... Não merecemos talvez que nos apliquem aqueles terríveis anátemas dirigidos por N. Senhor aos desprezíveis fariseus?

Inegavelmente o mundo e a sociedade precisam de sacerdotes, mas de sacerdotes que sejam antes de tudo homens de Deus, que pertençam só a Deus e por Deus sejam totalmente possuídos, homens desapegados de todo e de todos, homens de espírito de oração e sacrifício, homens de fé viva e de vida interior, cujo único ideal seja a maior glória de Deus e bem das almas<sup>36</sup>.

Segue-se uma série de chamamentos à disciplina – também um modo de sublinhar o peso das transgressões disciplinares. Assim, a obrigação de residência, à qual parecem se furtar os vigários, é lembrada diversas vezes. “Ausentar-se por oito dias, sem autorização e sem deixar um substituto aprovado” constitui um pecado grave, diz o memorando. A proibição feita aos padres de “admitir que resida no presbitério qualquer parente, à exceção de pais e irmãos” é reiterada, assim como a proibição de admitir empregadas de menos de quarenta anos. Todavia, prossegue o documento,

Em tal delicada matéria o sacerdote prudente não se contenta em cumprir os cânones, mas vigia para que não seja sua casa freqüentada por mulheres a pretexto de amizade com as que lá residem, porque se estas, como pensa S. Agostino, não são suspeitas, as outras podem dar motivo a isto<sup>37</sup>.

Dom Expedito estigmatiza igualmente a lassidão que observa na gestão cotidiana das paróquias, quer se trate da conservação das capelas, do estado das vestimentas litúrgicas ou da má qualidade dos registros.

É deveras dolorosa a impressão que se experimenta ao penetrarmos em muitas das nossas matrizes e capelas. Nas capelas quando não falta tudo, o pouco que existe está votado ao mais criminoso abandono, estragado e sujo. Não nos desculpemos sob pretexto de pobreza, pois com um pouquinho mais de zelo e, para que não dizer, da fé viva, encontraríamos os meios para aquisição de um cálice mais higiênico, um paramento mais decente, um missal mais digno, da mesma forma que sabemos encontrar milhares de cruzeiros para esbanjar com foguetes, música barulhenta, flores caras e muitas outras coisas bem dispensáveis<sup>38</sup>.

Na manutenção dos registros paroquiais, o bispo reclama mais seriedade, em especial na transcrição dos batismos e dos casamentos, que devem ser inscritos tão logo sejam

realizados, de maneira a não acumular atrasos de transcrição de um ano para outro. Dom Expedito recomenda também que se deixe de entregar os registros aos sacristãos, que frequentemente os perdem ou destroem. Insiste, finalmente, na necessidade de manutenção regular dos anais paroquiais, nos quais devem constar todos os atos cumpridos na cúria, assim como todos os eventos que se referem à vida da paróquia e da Diocese, e mesmo aqueles que se referem à vida civil<sup>39</sup>.

E como aprovar festas religiosas tais como as que Dom Expedito via acontecerem em sua Diocese? Não surpreende que ele tenha recorrido a uma campanha enérgica e permanente a fim de cristianizar e de moralizar as festividades religiosas, qualificadas como pura perversão, ocasião de extravagâncias e pecados diversos<sup>40</sup>. Era como se nada houvesse mudado desde 1888, data na qual o Pe. Gallais, visitante canônico dos dominicanos franceses de Goiás, denunciou em termos parecidos essas “festas grotescas, mesclas monstruosas de preces e sem-vergonhices [que] tomam o lugar de cerimônias religiosas”!<sup>41</sup>

### **A governança impraticável**

A correspondência entre o bispo e alguns de seus padres, conservada nos arquivos diocesanos, põe-nos diante de um clero rebelde, de costumes vez por outra indecorosos. Afeito às mínimas formalidades processuais e cioso de seus direitos, esse clero não raro se recusava a obedecer a seu bispo, a quem se dirigia por vezes tomando grande liberdade de tratamento pessoal.

No mais das vezes, era em torno da recusa enfurecida do vigário em renunciar à paróquia, como exigia o bispo, que se cristalizava o conflito. Na prova de força, tratava-se para os curas, acima de tudo, de uma questão de reputação e de honra. Essencialmente, seu comportamento exprimia a recusa a ser publicamente condenado aos olhos da comunidade paroquial e, além disso, a ver manchada, por meio de si próprio, sua linhagem.

Em geral, era o temor do “escândalo” – ou o fato de ele já ter acontecido – o que suscitava a iniciativa do prelado ou tornava impossível a convivência com os fiéis. Em uma região onde clérigos seculares eram raros, o superior eclesiástico pisava em ovos no esforço de obter a transferência do pároco problemático para uma nova paróquia. Nunca era algo fácil: no fim de 1956, Dom Expedito sublinhava, desanimado, as dificuldades e aborrecimentos que tivera de superar para conseguir fazer algumas transferências de padre; lúcido, reconhecia que as mudanças que restavam por fazer não seriam fáceis.

A crer no atual bispo do lugar, passado meio século ninguém manifestou semelhante determinação: “ao chegar aqui”, confidenciou-me, “tive a sensação de que cada paróquia era um bispado. Em vinte anos, meu antecessor não transferiu um único pároco”<sup>42</sup>.

A principal forma de “escândalo”, tal como documentada nos arquivos, concerne às violações do celibato eclesiástico ou a questões de tentação carnal. Vejamos alguns exemplos.

Por ocasião do retiro espiritual do clero, em 1956, o pároco de Canhotinho foi alvo de graves acusações por parte de seu bispo<sup>43</sup>: naquele ano ele teria seduzido nada menos

do que duas mulheres casadas e desonrado uma moça. No ano anterior, uma mulher e um religioso já o haviam acusado abertamente de manter uma amante em Recife!

Sobre esses assuntos delicados, percebe-se, ao longo da correspondência, que o bispo dispunha de uma sólida rede de informantes. Isso lhe permitia, quando necessário, lembrar o pecador de suas torpezas na esperança, muitas vezes vã, de vê-lo se redimir. Ao Pe. Arthur Silvestre, particularmente astuto e questionador, Dom Expedito rebateu com a seguinte resposta:

Desafia-me apresentar os nomes de seus pretensos caluniadores. Sabe V.R.V.M. que certas denúncias não podem ser levadas a juízo sem prejuízo de infâmia para as pessoas nelas implicadas. Mas estou certo que V.R.V.M. ainda não esqueceu daquela pobre mulher casada, do sítio, a quem depois de ter dado a comunhão convidou para seu quarto e ali se trancou com ela por quase uma hora. Não se acorda das repetidas e criminosas intimidades com a doméstica, engomadeira e outras, que viviam pela sua casa, como daquela ocasião na que foi visto deitado brincando com duas delas em uma cama? E não venha a dizer que tais denúncias se escondem sob anonimato. Foram venerandos sacerdotes, algumas pessoas gradas e até familiares seus, obrigados alguns por um imperativo de consciência<sup>44</sup>.

No caso do Pe. Hosana, suas faltas graves estão devidamente detalhadas por um desses casos providenciais para os historiadores. No fim de novembro de 1955, Dom Expedito recebeu uma carta de Rodolfo Lamprecht, um religioso de Belo Horizonte, contendo denúncias que confirmavam e superavam os rumores. Nela, o religioso informava que, meses antes, no Congresso Eucarístico do Rio, ouvira no confessionário Maria José Martins, parente de 3º ou 4º grau do Pe. Hosana. Diante da gravidade dos fatos relatados, o religioso tinha conseguido, não sem dificuldade, que ela reiterasse suas confissões por carta. Tais confissões nos contam que pouco após sua chegada a Quipapá, em 1949, aos quinze anos de idade, ela foi deflorada por seu primo de 36 anos, que lhe aconselhou a comungar todos os dias para apaziguar a culpa: “Perante Deus, eu estava perdoada”, confessa ela ingenuamente. Maria revela também que o primo a recebia regularmente para confissão:

Fui absolvida por êle em confissão muitas vezes [...] e comungava diariamente pois êle me falava que podia e diante de Deus eu estava perdoada. Me proibia de falar com outro padre, sempre que me confessava com outro ele me perguntava se eu tinha contado a vida que levava com êle, eu dizia que não.

Em 1953, Pe. Hosana forçou-a a abortar, acompanhando-a pessoalmente ao médico, em Recife. No início de 1955, com a chegada de Quitéria, a nova empregada, logo tornada amante do Pe. Hosana (segundo Maria José), as relações azedaram no presbitério.

Às reprovações da namorada destituída, o pároco teria respondido com violência, agredindo-a diversas vezes e até impondo, por meio de chantagem, a presença da rival<sup>45</sup>. No fim de setembro de 1955, Maria José, grávida de três meses, deixou Quipapá para nunca mais voltar, graças ao apoio material e moral do Pe. Lamprecht e à hospitalidade de diferentes congregações religiosas<sup>46</sup>.

Para penetrar mais fundo na natureza, no significado e no desenrolar dos conflitos, examinemos uma situação comum a propósito da qual o arquivo é loquaz. Trata-se do caso de Antonio de Barros, pároco em Canhotinho. As cartas trocadas entre ele e seu bispo, entre junho de 1956 e maio de 1957, permitem delinear o jogo dos dois atores.

Aos olhos de Dom Expedito, a sorte do Pe. Barros estava selada desde sua primeira visita pastoral:

Fomos gentil e cuidadosamente tratados pelo vigário que se esforçou por lançar uma cortina de fumaça sobre as suas muitas irregularidades [...] Volto totalmente convencido que o atual vigário não pode e não deve continuar<sup>46</sup>.

Tudo indica que a longa carta de autojustificação (seis páginas com datilografia de letra miúda), endereçada em 6 de junho de 1956 por Antonio de Barros a seu bispo, em resposta a uma carta deste último, segue-se à visita episcopal.

Diante das acusações de tentação e de desrespeito ao celibato, defendendo-se fervorosamente, o Pe. Barros negou tudo: “Vivo absolutamente dentro dos cânones da Igreja. Não tenho amizades a qualquer pessoa do sexo oposto, nem casada, nem solteira, cumpro fielmente minhas obrigações de pároco”<sup>47</sup>.

É verdade que o Pe. Barros mostrou-se disposto a consentir quanto à sua saída da paróquia, como lhe ordenava o bispo, mas desde que coubesse a ele determinar o prazo, o procedimento e as condições. Barros queria que antes de sair lhe fosse permitido “pôr em ordem meus negócios” e recuperar “mais de cem mil cruzeiros espalhados no seio do povo”. Exigia, também, que se lhe fizesse justiça, pretendendo esgotar todos os recursos possíveis e reclamando uma investigação canônica sobre as acusações das quais era objeto. A estratégia era mais do que hábil: Pe. Barros sabia perfeitamente que o bispo, face à perspectiva de escândalo público, preferiria abafar o caso. Existiam muitos precedentes de conhecimento geral para amparar suas certezas. Um tanto quanto dramático, ele ainda via a necessidade de acrescentar: “As sortes estão lançadas, para mim só existe vitória ou derrota total, rendição, nunca. Se for vitorioso muito bem graças a Deus, se for derrotado, tudo perdido.”<sup>48</sup>

Guardando, todavia, um senso de realidade razoável, pedia para que se esperasse um mês até o início das investigações, para que tivesse tempo de passar os exames na faculdade!

A resposta de Dom Expedito lhe chegaria depois de quinze dias. Esqueciam-se as infrações ao voto de castidade, sobre os quais não se dizia mais palavra alguma. Para conseguir a saída do padre recalcitrante, a autoridade eclesiástica mudou de estratégia: a fim de afastar o Pe. Barros da cura das almas, passou a recorrer a provas irrefutáveis,

proferindo uma acusação dupla. Barros, não contente em ter aceitado a direção de um colégio misto e laico, havia paralelamente se inscrito em uma faculdade de Direito, laica, sem informar seu bispo, cuja boa fé fora abusada.

Exasperado, o prelado acrescentou às suas observações um firme chamado às obrigações do sacerdócio e um alerta sobre as miragens que o mundo reserva:

Lembre-se ainda que ao se fazer sacerdote se comprometeu livre e espontaneamente a obedecer a Deus e a sua igreja, na pessoa de seus eventuais representantes ; lembre-se ademais que o mundo pouco tem para lhe oferecer a não ser a desilusão e o remorso de o ter seguido ; lembre-se enfim que o dinheiro e as posições sociais não poderão assegurar-nos a felicidade, que tanto desejamos, que só alcançaremos servindo e amando a Deus para o qual fomos criados.

Dois meses mais tarde, nada havia mudado e o Pe. Barros não visitara seu bispo, embora convidado com insistência. Também a carta de Dom Expedito, em 3 de setembro de 1956, assumiu desta feita a forma de um ultimato: caso não se apresentasse dali até 15 de setembro na cúria diocesana, ele seria suspenso *ferendae sententiae*, de acordo com o cânone 2331<sup>49</sup>.

A ameaça teve tão pouco efeito que o bispo precisou voltar à carga em 3 de dezembro. Considerando que mais de 45 dias haviam transcorrido além do prazo oferecido ao Pe. Barros para que ele optasse entre a paróquia e a faculdade, um decreto de transferência o destituía de seu cargo de vigário inamovível. Sob pena de suspensão, ele devia, antes de 10 de setembro, transmitir sua paróquia ao vigário de Angelim.

A réplica do acusado a essa condenação, por ele qualificada de brutal e sem consistência jurídica, não tardou. Disse estar convencido de que somente sua presença nos exames o constrangeria a renunciar à sua paróquia, e que seu bispo jamais exigira que ele não se inscrevesse na faculdade. Acrescentou que, se não encontrou seu superior, foi porque este estava em visita pastoral, e solicitou-lhe suspender a aplicação da decisão. Em um tom que variava entre chantagem, deferência e submissão, concluiu:

Refleta na sua consciência de Bispo que nada terá a ganhar levando-me à desgraça quando tudo se pode resolver direitinho na caridade de Cristo e na paz da Igreja. aguardo sua resposta. Diga-me o dia que é possível entender-me com V. Excia que irei de bom grado.

Não vai pensar que quero criar casos. Apenas me defendo quando a isto tenho direito.

Sobre a carta recebida, Dom Expedito soltou algumas palavras : “Carta que vem, mais uma vez demonstrar a falta de caracter e dignidade deste infeliz sacerdote a quem falta até a dignidade”.

A última missiva conservada nos arquivos é datada de 12 de junho de 1957. Ela é endereçada a Dom Expedito pelo vigário intransigente, sempre pouco inclinado ao acordo. À ordem recebida para evacuar o presbitério, Barros respondeu não se submeter senão após poder recuperar sua casa, de maneira a poder transportar seus móveis para lá. O bispo não devia esperar nada antes do fim do ano, ou mesmo antes do começo do ano seguinte. Quanto à acolhida dos novos padres no presbitério, o Pe. Barros estabeleceu suas condições: somente os padres de sua confiança poderiam ser abrigados – os padres Carlos e Barbosa, designados como vigários-cooperadores, se encaixavam nessa categoria. Quanto à questão dos móveis,

Acho que não seria de justiça atirar meus móveis à rua. Se, porém, V. Excia acha que isto é justiça, pode agir através da lei, pois cada um tem o direito de exigir da lei o que lhe pertence.

Acho bom V. Excia tomar outro caminho, afim de evitar possivelmente, cousas desagradáveis.

Algumas semanas mais tarde, Dom Expedito foi assassinado e a situação do vigário de Canhotinho nunca foi regulamentada. Eis algo que diz muito sobre a indocilidade dos clérigos, mas também sobre os limites do poder do bispo, inclusive quando ele se mostrava decidido a reformar e restituir a ordem em sua Diocese.

## Conclusão

O que extrair desse quadro sombrio de uma Diocese do interior do Nordeste? Sem dúvida, o material que se colhe das fontes – muito eloquente sobre o problema menor, e mudo sobre o que importa – acentua a perversidade do quadro. Mesmo assim, as disfunções e os equívocos da romanização postos a nu, ainda que ponderados, são reais.

A revelação, pelo arquivo, dos sérios limites do poder episcopal não é a menor das surpresas. É o caso mesmo de se perguntar se as imagens pós-conciliares não carregaram nas tintas ao evocar todo o poder, em sua Diocese, dos bispos de “antes” para então exaltar as mudanças originadas do Vaticano II.

Seria possível extrapolar a situação para o conjunto do Nordeste? Ainda que faltem monografias diocesanas, inclinamo-nos a pensar que em toda a região, e sem dúvida além dela, encontra-se o confronto das duas culturas eclesásticas aqui evidenciadas.

O relatório confidencial redigido por Dom Expedito, a pedido da Nunciatura, sobre a Arquidiocese de Olinda-Recife aponta nesse sentido. Dá-se ainda um testemunho, para uma Diocese litorânea de capital de estado – portanto, numa dimensão completamente distinta –, do nível extremo de conflituosidade, desorganização e indisciplina.

Em todo caso não ignoro o clima de descontentamento, a intranqüilidade ali reinante. De sua parte afirma o Arcebispo, e não raro de publico, dizem, que

encontrou a Arquidiocese arrasada tanto espiritual que economicamente, em virtude da inércia e descuido de seu antecessor e da preguiça e desonestidade do clero. Doutro lado o clero ressentido e humilhado atribui à impulsividade temperamental à imprudência e a pouca vida espiritual do Arcebispo, bem como a desonestidade de alguns padres que do Sul o acompanharam para cá, toda esta situação lamentável em que se encontra a Arquidiocese. Tenho ouvido dalguns sacerdotes dali, que o Sr. Arcebispo é um homem temperamental e imprudente quase até as raias de leviandade, a ponto de chagar dizer diante de autoridades civis que, se não fosse a batina, meteria bala na cabeça de um tal e determinado desafeto seu, como também tem criticado abertamente atitudes de seu antecessor de maneira bem pouca caridosa e atacando o clero com os termos os mas humilhantes. Sei ainda que até certos leigos não se impressionam bem com o fato de S. Excia. passar dias e dias sem celebrar a S. Missa, como afirmam<sup>50</sup>.

Este retrato instantâneo de uma Igreja apreendida no meio dos anos 1950 exprime uma realidade já ultrapassada?

No que diz respeito à abertura da instituição às realidades do mundo de cá, inegavelmente. Escreveu-se à exaustão sobre as profundas transformações dessa Igreja conquistada pela Teologia da Libertação, voz dos sem-voz nos tempos da ditadura, a ponto de se a considerar, no início dos anos 1970, a Igreja mais progressista do mundo. Ainda hoje, não obstante sua reorientação conservadora, ela continua a exercer um “direito de ingerência” sobre as questões sociais e políticas, estando a léguas de distância das concepções de Dom Expedito.

Por outro lado, não poderíamos jurar que em seu funcionamento interno, sua administração e seu grau de romanização ela seja tão diferente da realidade eclesial de Garanhuns meio século atrás. Eis um belo terreno de pesquisa à espera dos historiadores.

## NOTAS

<sup>1</sup>. Saído da prisão em 1968, depois de três julgamentos e de uma redução de pena, o Padre Hosana retomou a vida de agricultor, sem deixar de reclamar a Roma a suspensão de sua excomunhão. Em 7 de novembro de 1997, aos 84 anos, teve ele próprio um fim trágico: assistia a uma missa televisionada quando foi assassinado em casa a pauladas. O motivo foi provavelmente uma querela obscura a respeito de limites de terra e de um título de propriedade contestado. A pouca pressa da Justiça em conduzir a investigação conduziu rapidamente ao arquivamento do processo.

<sup>2</sup>. “Crime sacrilégio que abalou o mundo” é o título de um artigo publicado em *A Defesa*, de Caruaru, em 7/07/1957.

<sup>3</sup>. Na Constituição de 1934, posta sob a proteção de Deus, a Igreja foi recompensada com um conjunto impressionante de privilégios: o casamento religioso foi reconhecido pela legislação civil; o divórcio, proibido; o ensino religioso, autorizado nas escolas públicas. Além disso, o cardeal do Rio de Janeiro obteve a concessão de subvenções públicas em escolas, seminários, hospitais e outras obras de caridade geridas pelo clero.

<sup>4</sup>. Dom Helder Câmara, *Les conversions d'un évêque. Entretiens avec J. de Broucker*, Paris, Seuil, 1977, p. 45.

<sup>5</sup>. *Circular* n° 5, Garanhuns, 22/08/1955.

<sup>6</sup>. “Memorando ao Clero da Diocese de Garanhuns”, Garanhuns, Páscoa de 1956, p. 3.

<sup>7</sup>. No Nordeste, o Agreste designa uma zona geográfica de transição entre o sertão semi-árido e a vegetação litoral muito úmida. Com suas terras altas úmidas, os brejos, o Agreste pernambucano constitui a base alimentícia das regiões litorais, inclusive Recife.

<sup>8</sup>. A Zona da Mata, assim chamada em referência à floresta virgem atualmente em larga medida extinta, é constituída de uma faixa litorânea estreita e úmida de sessenta quilômetros, domínio por excelência da cana-de-açúcar.

<sup>9</sup>. Josué de Castro (1908-1973), médico, biólogo, nutricionista e geógrafo brasileiro nascido em Recife presidiu a FAO de 1951 a 1955. Dentre seus diversos trabalhos, *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951) tiveram grande repercussão.

<sup>10</sup>. A partir de dados do censo de 1950, a população analfabeta de cinco anos ou mais é superior à taxa de 80% em todos os municípios da Diocese, com um mínimo de 71,2% (Catende) e um máximo de 88,3% (Panelas).

<sup>11</sup>. A mortalidade infantil em Pernambuco é de 193,5 ‰ entre 1940-1950 (98,9 ‰ no Rio Grande do Sul) e de 184,9 ‰ em 1950-1960 (68,5 ‰ no Rio Grande do Sul). “Taxa de mortalidade infantil, por situação do domicílio, segundo as grandes regiões e unidades da federação: 1930-1960”, *Anuário estatístico do Brasil*, 1960, IBGE, p. 52.

<sup>12</sup>. *Livro de Tombo*, 1955, p. 121. Visita pastoral, paróquia de Água Preta. Salvo indicação contrária, todas as fontes citadas provêm do fundo dos arquivos diocesanos de Garanhuns, não classificados.

<sup>13</sup>. *Ibid.*

<sup>14</sup>. *Livro de Tombo*, 1956, p. 125. Visita pastoral, paróquia de Barreiros.

- <sup>15</sup>. *Circular* n° 15, Garanhuns, 6/03/1957.
- <sup>16</sup>. *Circular* n° 14, Garanhuns, 21/11/1956.
- <sup>17</sup>. *Livro de Tombo*, 1955, p. 126. Dom Expedito Lopes, “Resumem das atividades desse meu primeiro ano de governo”.
- <sup>18</sup>. Dom Expedito Lopes a Dom Armando Lombardi, 29/01/1956.
- <sup>19</sup>. *Ibidem*.
- <sup>20</sup>. As cinco congregações são as seguintes: Beneditinos, Capuchinhos, padres do Sagrado Coração de Jesus, do Pe. Dehon, salesianos de Dom Bosco, redentoristas holandeses.
- <sup>21</sup>. CNBB, *Anuário Católico do Brasil : 1957*, Rio, 1957.
- <sup>22</sup>. Segundo o *Anuário Pontifical* de 1954, a média brasileira é de 16.084 por paróquia (citado em “Le catholicisme au Brésil”, *Informations catholiques internationales*, 01/08/1955, p. 24.
- <sup>23</sup>. Pe. Magno Godoi a Dom Francisco Expedito Lopes, 12/04/1957.
- <sup>24</sup>. Olindina a Hosana, s/d.
- <sup>25</sup>. Pe. Oriel Ramos a Dom Francisco Expedito Lopes, Águas Belas, em 25/05/1956.
- <sup>26</sup>. Pe. Oriel Ramos a Dom Francisco Expedito Lopes, Águas Belas, em 29/03/1957.
- <sup>27</sup>. *Ibidem*.
- <sup>28</sup>. Seria preciso esperar até 1963 para a criação de um Instituto da Previdência do Clero (IPREC), que garantia aos clérigos cobertura social, aposentadoria por idade e aposentadoria por invalidez. O IPREC faliria em 1978.
- <sup>29</sup>. P. Hosana a Dom Juvêncio Brito, bispo de Garanhuns, 8/06/1946. Note-se de passagem o argumento utilizado pelo P. Hosana em sua carta: “Vossa excelência observará que o pároco de São Bento é o presidente de uma cooperativa, o que não se justifica, pois a paróquia fornece o bastante para o sustento do cura.”
- <sup>30</sup>. Dr. Galdino Loreto, Dr. Ruy do Rego Barros, *Laudo de Exame Psiquiátrico*, Recife, 14/02/1958.
- <sup>31</sup>. Taíza Brito, *A confissão do Padre Hosana*, Recife, Edições Bagaço, 1998, p. 45.
- <sup>32</sup>. Dr. Galdino Loreto, Dr. Ruy do Rego Barros, *doc. cit.*
- <sup>33</sup>. Depoimento de Manoel Gomes da Rosa, 14/07/1957. Segundo Manoel Gomes da Rosa, Hosana não possuía arma, mas tinha o hábito de tomar emprestado um revólver aos amigos quando ia a sua fazenda.
- <sup>34</sup>. Segundo o depoimento de 1957 do P. Carvalho, pároco de Sertânia, paróquia vizinha. Citado em Amaro Lira e César, presidente da Comissão de investigação, *Relato ao secretário do interior e da justiça*, Garanhuns, 22/07/1957, p. 10.
- <sup>35</sup>. Dom Mário de Miranda Vilas Boas ao P. Hosana, 8/07/1944.
- <sup>36</sup>. “Memorando ao Clero da Diocese de Garanhuns”, Garanhuns, Páscoa de 1956, p 2.
- <sup>37</sup>. *Ibidem*, p. 5-6.
- <sup>38</sup>. *Ibidem*, p. 7.
- <sup>39</sup>. *Ibidem*, p. 8-9.
- <sup>40</sup>. *Ibidem*, p. 6.

<sup>41</sup>. Arquivos dominicanos, não classificados, convento dos dominicanos de Toulouse *apud* Claire Pic, Une mission dominicaine au Brésil : premiers temps, 1881-1890, Mestrado em História, Université Toulouse II, 1999, p. 38.

<sup>42</sup>. Entrevista gravada com Dom Irineu Roque Scherer, palácio episcopal, Garanhuns, 12/11/2002.

<sup>43</sup>. ADG-EL. O Pe. Barros diz ter sido objeto de uma acusação pública por parte do bispo durante o retiro anual, sem replicar.

<sup>44</sup>. Dom Expedito Lopes ao Pe. Artur Silvestre, Garanhuns, em 21/03/1957.

<sup>45</sup>. Carta a Rodolfo Lamprecht, 12/03/1956. Segundo Maria José Martins, para não ser privada da viagem ao Congresso Eucarístico do Rio, ela teve de assinar um documento no qual se comprometia a aceitar, no retorno, a presença de Quitéria no presbitério.

<sup>46</sup>. Ela se hospeda com as irmãs da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, em Recife, depois em João Pessoa. Em Belo Horizonte, é abrigada pelas Irmãs de São Vicente de Paulo.

<sup>47</sup>. *Livro de Tombo*. 1956. p. 132.

<sup>48</sup>. O Pe. Barros acusa um certo Pedro Afonso, de Palmares, ex-candidato a deputado e seu adversário político, de ser a origem dos rumores maledicentes.

<sup>49</sup>. Cânone 2331, § 1: “Aqueles que se recusarem terminantemente a obedecer ao pontífice Soberano ou a seu próprio Ordinário, que lhe intime legitimamente uma ordem ou uma proibição devem ser punidos proporcionalmente à gravidade de sua falta, sem que as censuras sejam excluídas. § 2 Aqueles que conspirarem contra a autoridade do pontífice Soberano, de seu legado ou do próprio Ordinário, ou contra suas ordens legítimas, e também aqueles que provocarem os sujeitos à desobediência em relação a essas pessoas, devem ser castigados por censuras ou outras penas; ademais, se são clérigos, que se os prive de suas dignidades, seus benefícios e outros encargos; se são religiosos, que se os prive de voz ativa e passiva em seu ofício”.

<sup>50</sup>. Dom Expedito Lopes a Mgr Armando Lombardi, 22/11/1955. Seu relatório se segue a uma solicitação de investigação confidencial da nunciatura em 14 de novembro de 1955.